



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 15 de abril de 2012

A CRITICA sim & não	1
OPINIÃO	
A CRITICA A Capital do Mormaço	2
CIDADES	
A CRITICA PIM quer mais entrepostos	3
DINHEIRO	
A CRITICA PIM quer mais entrepostos (continuação)	4
DINHEIRO	
A CRITICA Nada abala vendas de TVs	5
DINHEIRO	
AMAZONAS EM TEMPO Fábricas do PIM dão 'start' para receber gás natural	6
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Fábricas do PIM dão 'start' para receber gás natural (continuação)	7
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Polo Industrial reduz quadro de trabalhador terceirizado	8
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Polo Industrial reduz quadro de trabalhador terceirizado (continuação)	9
ECONOMIA	

sim & não

Bancada do AM ainda não se reuniu

A bancada federal do AM enfrenta o mesmo problema que a tornou objeto de críticas no ano passado. Assim como em 2011, quatro meses já se passaram este ano e até agora os onze parlamentares que a compõem, três senadores e oito deputados, não se reuniram nem tiveram ação coordenada para defender os interesses do Estado. O coordenador da bancada, senador Eduardo Braga (PMDB), disse que já tentou passar a função para outro colega, mas não o fez a pedido do governador Omar Aziz (PSD).

Preocupação As vozes que reclamam da falta de ação coordenada do Amazonas no Congresso vêm dos próprios parlamentares da bancada, preocupados com matérias de extrema importância para o Estado como a PEC da prorrogação da ZFM, que começou andar na Câmara.

Energia Quem também chiou contra a falta de ação coordenada da bancada foi o deputado Carlos Souza (PSD). Referindo-se a conversas que tem feito para tentar apressar a chegada do linhão de Tucuruí a Manaus, ele se queixou: "Tudo o que pude fazer só, fiz. Agora, precisamos unir força".

Vai encarar!? A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) revelou à coluna que o

presidente da CCJ do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), queixou-se para ela sobre o requerimento de Braga, pedindo audiência pública para a PEC da Música: "Eu disse pra ele: 'o pedido foi meu. E aí?'"

Estratégia Abordado pela coluna sobre a queixa de Eunício, que se demonstrou surpreso com o requerimento de Braga, o senador amazonense confirmou que agiu sem combinar com os colegas e explicou: "Estratégia não se revela".

Prévia A propósito, esse entrevero envolvendo Braga, Vanessa e Eunício é apenas uma prévia da polêmica que virá na próxima quarta-feira, quando a PEC da Música, que ameaça mais de sete mil

empregos do PIM, for à votação na CCJ.

Vivo Do senador Eduardo Braga, na sexta-feira, quando completou 30 dias na liderança do Governo no Senado. "Completei um mês (na liderança) e estou vivo".

Recuo Parlamentares do PSD voltaram a falar em retorno às siglas de origens, depois que a PGR apresentou parecer negando à sigla recurso do fundo partidário e tempo de TV. No Amazonas, o partido tem três parlamentares federais: Silas Câmara, Átila Lins e Carlos Souza.

Delírio Do deputado estadual Belarmino Lins (PMDB) sobre a polêmica da semana passada na ALE-AM acerca da proposta

Manaus, domingo, 15 de abril de 2012.

A Capital do Mormaço

Vamos continuar com os efeitos da Ditadura Militar em nossa região. Os militares além de usurparem a autoridade dos estados regionais sobre os seus territórios, a ponto de o governo do Pará exercer seus poderes apenas sobre 20% do Estado, órgãos como a Sudam, por exemplo, exercitando a política financeira de incentivos fiscais, canalizaram os grandes projetos agropecuários, minerais e energéticos para a Amazônia Oriental, enquanto a Suframa, usando os incentivos fiscais para instalar um enclave exportador, fez de Manaus e da Amazônia Ocidental um nicho de projetos industriais eletro-eletrônicos e projetos agropecuários de menor porte. Nos primeiros anos da "Operação Amazônia", o governo de Brasília tentou atrair investidores para projetos

agropecuários através de doações financeiras e renúncia fiscal. A partir do presidente Médici, o governo passou a investir diretamente em megaprojetos, criando novas fontes de recursos através de órgãos como o PIN, Proterra e Polamazônia. No início da década de 70, em plena época do chamado Milagre Econômico, a Amazônia era então não mais uma região de economia extrativa, mas basicamente uma área de agropecuária, mineração, metalurgia e siderurgia. Já no final de 1966, mais de mil investidores tinham instalado projetos de criação de gado ao longo da estrada Belém-Brasília. A agropecuária seria, no início, o principal atrativo. A partir de 1967, um decreto presidencial transformou Manaus em Zona Franca, imediatamente instalando uma série de indústrias e



anunciando uma oferta de quarenta mil empregos. No que toca à divisão do trabalho, as indústrias da Zona Franca operavam as fases finais de montagem e acabamento do produto. Fases que exigiam um número maior de mão-de-obra. Aproveitando a legislação, essas indústrias se estabeleceram numa área da cidade de Manaus, no chamado Distrito Industrial, onde receberam terrenos a preços irrisórios, totalmente urbanizados, como nenhum conjunto habitacional supostamente para pessoas de baixa renda recebeu. E, assim, entrou em atividade um parque industrial de "beneficiamento" produzindo em toda sua capacidade e operando numa área onde as facilidades eram, na verdade, uma conjuntura favorável. Para completar, como

extensões de grandes complexos, as indústrias da Zona Franca são administradas de maneira direta e seu capital pouco é afetado pela disponibilidade local. A participação de capital oriundo do tradicional extrativismo foi mínima e era possível notar, por volta do final da década de 70, grandes comerciantes do extrativismo, de outrora, hoje atrelados como sócios minoritários, com cargos simbólicos nas empresas altamente subsidiadas instaladas em Manaus. Eram indústrias que tudo trouxeram de fora, da tecnologia ao capital majoritário, e que do Amazonas somente aproveitaram a mão-de-obra barata e os privilégios institucionais. Com essa estrutura industrial altamente artificial, a Amazônia Ocidental teve o seu quinhão da política de integração nacional. A promessa de quarenta mil empregos não se cumpriu, mas ajudou a provocar uma explosão demográfica em Manaus.

De cerca de trezentos mil habitantes em 1968, a cidade pulou para seiscentos mil em 1975. As transformações sociais e culturais da Zona Franca em Manaus foram desastrosas. O aceno de 50.000 empregos atraiu uma população de migrantes que nunca mais cessou de aportar em Manaus. A rápida instalação de empresas comerciais, as lojas de artigos importados que pululavam pelo centro histórico da cidade, a chegada de empresas multinacionais no distrito industrial, as firmas de consultoria, os institutos de pesquisas, as novas sucursais de instituições públicas, a horda de turistas em busca de aparelhos eletrônicos baratos e a vaga de migrantes em busca de novas oportunidades, transformou a cidade num inferno.

PIM quer mais entrepostos

Além dos centros de armazenagem e distribuição localizados em Rezende (RJ), Uberlândia (MG) e do que será montado em Ipojuca (PE), há projetos para Santarém (PA), Goiás e um segundo entreposto na região Sudeste.

JOUBERT LIMA
joubert@critica.com.br

Com a publicação do protocolo ICMS 22 no Diário Oficial da União, na semana passada, o Amazonas deu o pontapé inicial na instalação de seu terceiro entreposto no País, em Pernambuco. O modelo de suspensão tributária já está instalado em Rezende (RJ) e Uberlândia (MG). E, no que depender das indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM) e da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz/Am), não vai parar por aí.

No entanto, especialistas alertam que essa alternativa logística não pode ser usada como desculpa para deixar de cobrar as melhorias necessárias no sistema logístico local, como portos, atuação integrada entre os órgãos fiscalizadores e agilidade na liberação de cargas.

O entreposto funciona como um recinto de suspensão tributária, onde produtos fabricados em Manaus podem ficar estocados sem incidência de impostos por um certo período, podendo ser entregues nas lojas em questão de horas. A classe empresarial já demonstrou interesse na instalação de um novo entreposto no Sudeste, onde já funciona o de Rezende, no Rio de Janeiro. Um entreposto em Santarém, no Pará, também seria interessante para o empresariado.

Mais urgente para a indústria seria a implantação de um terceiro entreposto no Sudeste, talvez em São Paulo. "Temos indicação de que no Sudeste, do interior de São Paulo para baixo, seria interessante", disse o secretário de Estado da Fazenda do Amazonas, Iper Abrahim.

FRASE

"Em termos de agilidade de atendimento ao cliente, é excelente termos novas opções de entrepostos para a Zona Franca"



WILSON PÉRICO
Presidente do Cieam

CONTRAPONTO

O coordenador da Comissão de Logística do Cieam/Fieam e professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Augusto Rocha, avalia que o posicionamento de entrepostos no Rio, Minas e agora em Pernambuco atende bem a diferentes regiões do País, mas apresenta uma preocupação. "É importante que o preço a ser adotado como teto no processo de seleção do operador do entreposto de Pernambuco não seja superior ao já praticado nos demais entrepostos, para que de fato seja uma solução adequada.

Barros também avalia que os entrepostos são importantes, mas os investimentos na melhoria local dos transportes é fundamental. "Manaus deveria possuir uma estrutura exem-



Novo entreposto da Zona Franca estará em Ipojuca, mesmo município pernambucano onde se localiza o terminal portuário de Suape, um dos maiores do País



Experiência com entrepostos começou no Rio



Uberlândia, em Minas, foi inaugurado em 2010



Augusto Rocha - investimentos locais em transporte

plar para cabotagem. Uma operação portuária modelo parece ser uma vocação natural da região. A partir do momento que a cabotagem seja rápida e eficiente o PIM poderá melhor utilizar a geografia, integrando-se como um modal realmente adequado à nossa região", diz. Ele lembra que 2% do PIB do PIM representa algo como US\$ 800 milhões. "Realizar investimentos deste porte em infraestrutura no próximo ano e em cada ano seguinte é algo que deveria estar nos programas de desenvolvimento para a região", finaliza.

TRES PERGUNTAS

Wilson Périco

PRESIDENTE DO CENTRO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO AMAZONAS (CIEAM) E VICE-PRESIDENTE DA FIEAM

A Sefaz tem em vista mais entrepostos. O de Rezende, no Rio, não atende adequadamente a distribuição no Sudeste?

Em termos de agilidade de atendimento ao cliente é excelente termos novas opções. Além do Entreposto de Rezende temos outro em Uberlândia e poderia-

mos ter outras alternativas.

Quais seriam as vantagens de ter um entreposto na cidade de Santarém, no Pará?

A vantagem é que poderíamos escoar os produtos lá armazenados por meio rodoviário, mas estamos distantes do maior centro consumidor do País, que é o Su-

deste. A vantagem do entreposto é a proximidade em relação ao cliente para agilizar a entrega do produto.

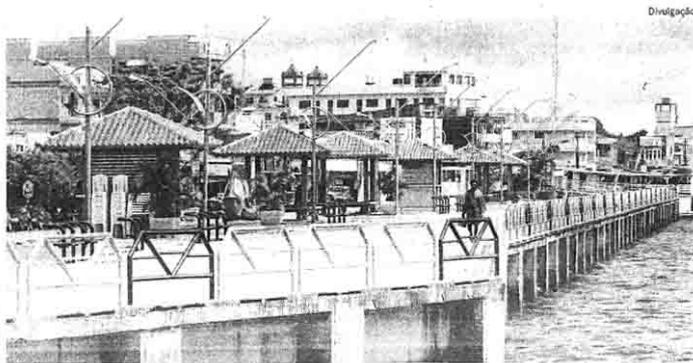
Como o senhor avalia os resultados obtidos até agora com os entrepostos da ZFM?

Os resultados são bons, mas podem ser muito melhores.

PIM quer mais entrepostos (continuação)

Santarém na mira das indústrias da ZFM

Posição estratégica do município reduziria em dois dias o transporte de mercadorias aos centros consumidores



Viabilidade da rota por Santarém depende da conclusão das obras de pavimentação da rodovia BR-163

Não é de hoje que o município de Santarém, no Pará, está na mira das indústrias da Zona Franca de Manaus, seja como sede de um entreposto, seja como rota de escoamento da produção. O motivo é óbvio: a cidade está na metade do caminho até Belém e conta com uma rodovia federal - a BR-163 - que a conecta com Cuiabá, no Mato Grosso. Uma das rotas de distribuição mais utilizadas hoje é o transporte por balsa até a capital Belém, de onde a carga desce, por cabotagem ou por rodovia, até os centros consumidores no Sul/Sudeste do País.

Estúdio da Federação das Em-

presas de Transportes de Cargas da Amazônia (Fetramaz) mostra que o uso da BR-163 poderia reduzir em dois dias o tempo de transporte de cargas da Zona Franca ao Sudeste. Atualmente, a rodovia encontra-se em processo de pavimentação e reconstrução de trechos críticos, um trabalho que deve tomar pelo menos mais dois anos. Exatamente o tempo de maturação de um projeto como o de entrepostos.

CIDADE DORMITÓRIO

Já existe um protocolo de intenções firmado entre os Governos do Amazonas e do Pará, o que

não significa garantia de que o projeto sairá do papel. Mesmo que não se justifique a instalação de um entreposto na cidade paraense, sua posição estratégica a coloca como ideal para operar como "cidade dormitório" - ponto de carga para carretas que seguiriam para Cuiabá com as mercadorias da Zona Franca.

A prefeitura municipal tem todo o interesse em receber o empreendimento, tendo em vista a arrecadação de ISS referente ao transporte. A Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz/AM) também vê a opção com otimismo.

"Com essa estrada totalmente trafegável, o negócio muda muito. Estudos demonstram que ali seria um local estratégico para indústrias", diz o secretário da Fazenda do Amazonas, Isper Abraham.

Nada abala vendas de TVs

Nem o terremoto no Japão nem as inundações na Tailândia breparam o crescimento da empresa, que em 2011 ocupou o 3º lugar no mercado de TVs.

PRISCILA MESQUITA
priscila@acritica.com.br

Na última semana, a Sony, maior empresa de bens de consumo do Japão, anunciou que projeta um prejuízo líquido de 6,4 bilhões de dólares no ano fiscal que encerrou em março. Segundo a companhia, o terremoto ocorrido no Japão e a inundação na Tailândia (onde estão três fábricas da Sony e mais a produção de câmeras digitais) são algumas das razões para o quarto ano seguido "no vermelho".

O fraco desempenho global da empresa deve ser confirmado oficialmente no próximo dia 10. Enquanto isso não acontece, a Sony Brasil adianta que as catástrofes que aconteceram na Ásia não prejudicaram as operações em Manaus e as vendas no mercado brasileiro.

Em resposta ao jornal A Crítica, a quinta maior importadora do Polo Industrial de

FRASE



"O País é prioridade para a Sony. Ele é o 4º maior mercado da empresa"

CARLOS PASCHOAL
Gerente geral de marketing



Embalada pela demanda do mercado nacional, fábrica japonesa quer manter o ritmo de crescimento no PIM em 2012

Manaus (PIM) informou que encerrou 2011 com uma performance positiva.

"Não houve impacto nas operações em nossa fábrica de Manaus e no mercado brasileiro em geral. Tivemos um crescimento de 65% em 2010 e, apesar de ainda não dispormos dos resultados finais do ano fiscal de 2011, acreditamos que eles serão altamente satisfatórios também", respondeu o gerente geral de marketing da empresa, Carlos Paschoal.

Segundo o executivo, um dos

fatores que ajudou a fábrica a ficar longe dos prejuízos foi o volume de peças estocadas, que permitiu o andamento da produção local. "Isso reforçou uma notícia muito importante para o nosso País: o Brasil é uma prioridade para a Sony hoje", disse.

O Brasil, que até pouco tempo atrás era o 11º mercado internacional no mapa de negócios da Sony, já ocupa a quarta posição neste ranking estratégico. Ao todo, a companhia gera 3,5 mil empregos no País.

A fábrica de Manaus concen-

tra a produção nacional de eletroeletrônicos da empresa, como televisores, câmeras digitais e equipamentos de áudio.

VENDA DE TVS

Sem falar em números absolutos, o gerente geral de marketing afirma que a Sony Brasil triplicou sua venda de TVs em 2010 e "dobrou de tamanho" neste segmento no último ano. Como resultado, a empresa considera hoje que detém a terceira maior participação no mercado nacional de televisores.

PONTOS

VENDAS
Em 2011, foram vendidas 11 milhões de TVs com tecnologia LED e LCD no Brasil.

AUMENTO
O dado, divulgado pela Superintendência da Zona Franca, é 35,8% maior que o de 2010 e supera em 189% o volume vendido em 2009.

GUINADA

Sem divulgar números absolutos, a Sony informa que seu desempenho nos últimos dois anos foi melhor que o do mercado em geral.

Aposta em LED e LCD



De acordo com informações da Sony Brasil, foi o desempenho da empresa em 2011 que permitiu que ela chegasse ao 3º posto no mercado de TVs. E é neste segmento que a Sony continua apostando, para manter um "forte ritmo de crescimento" em 2012.

"Neste sentido, esperamos ainda aproveitar bastante este fenômeno da popularização da Internet TV em 2012 e o incremento do mercado de 3D", antecipou Paschoal.

Segundo o gerente geral de marketing, toda a produção de TVs da marca em Manaus é voltada para modelos de LED e LCD. Apesar do crescimento das vendas desse tipo de aparelho no País, ele lembra que a maioria das famílias ainda não possui TV de tela plana em suas residências. "É importante pontuar que apenas 20% dos lares no Brasil possuem TV de tela plana hoje. Ou seja, ainda temos muito mercado para conquistar", disse.

Fábricas do PIM dão 'start' para receber gás natural

RICHARD RODRIGUES
Equipe EM TEMPO

Em exatos 30 dias será dado o "start" nas obras para levar o gás natural (GN) às empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Para turbinar suas produções fábricas como a Videolar e o Grupo Simões darão a largada para receber o combustível, que será fornecido pela Companhia de Gás do Amazonas (Cigás).

Com a ampliação das atividades no parque industrial local, a Videolar iniciou as obras de infraestrutura para receber o gás natural em sua nova unidade fabril, localizada na avenida Torquato Tapajós. Orçada em R\$ 400 milhões, a fábrica que produzirá filme biorientado de polipropileno (APP), a partir de julho, estará apta para operar com GN.

"De início vamos trabalhar com gás embalado, mas a empresa terá capacidade para receber o gás por meio do gasoduto com linhas de estiramento que serão implantadas", ressalta o diretor de Planta da indústria, Valmir Franco.

O executivo diz que está otimista com o início das atividades, desenvolvidas a partir do gás, pois o combustível contribuirá para alavancar a produção da indústria e reduzirá as despesas operacionais da nova unidade da Videolar em Manaus.

"Os custos serão bem menores e a energia utilizada nas linhas de produção da nova fábrica será bem mais limpa", frisa Franco, ao acrescentar que o maquinário que funcionará a gás na fábrica já foi adquirido. "Decidimos até em trazer para Manaus os fornos que utilizarão o combustível como fonte", destaca.

Grupo muda matriz

Além da Videolar, o Grupo Simões também trabalha na mudança da matriz energética da Carboman — empresa responsável pela produção, distribuição e comercialização de Gás Carbônico (CO₂) e gelo seco. Os trabalhos foram iniciados em 2010 e seguem em ritmo acelerado para o recebimento do gás natural vindo de Coari. "Estamos trabalhando no projeto desde 2010, no qual terá de ser feita uma linha de recebimento do combustível até o gerador de CO₂ da Carboman", explica o gerente geral da Divisão de Gases do grupo, Adilson Nascimento.

Somada à linha de recebimento, o processo de queima de gás natural no gerador da Carboman passará a ser automatizado com as obras para receber o combustível. "Diante das mudanças, a nossa expectativa é de termos uma melhor eficiência nos projetos da empresa e uma combustão mais pura", completa.

Fábricas do PIM dão 'start' para receber gás natural (continuação)

Empresas aderem ao combustível

Juntamente ao Grupo Simões e a Videolar, mais sete empresas devem aderir ao gás natural. Dentre elas estão a Neotec, Ceras Johnson, Coca-Cola — que também pertence ao Grupo Simões — a AmBev, Posto Equador, Procoating e Philips, conforme informações da Cigás.

O investimento para as novas ligações chega a R\$ 10 milhões, que compreende a construção de mais

4,5 quilômetros de dutos e contratos com empresas para fornecimento de tubos de aço, válvulas, estação de medição e regulação do gás natural, controle de medição de gás, tubulações para fibra óptica da rede e a empresa responsável pela fiscalização do serviço. A empresa PCCM, do Espírito Santo, vencedora da licitação, será responsável pelas obras que devem ser entregues em agosto deste ano.

“Vamos atender primeiro as empresas da Torquato Tapajós, porque as obras são mais simples e porque elas demandaram o gás nesse momento. Conseguimos a contratação de 100 mil metros cúbicos por dia, dos quase 500 mil que temos a disposição. Estamos avançando e vamos ao Distrito Industrial de Manaus a partir do ano que vem. Completando a parte industrial, partiremos para a residencial”, afirma o presidente da

Cigás, Lino Chixaro.

Além do posto de gasolina, que passará a trabalhar com o Gás Natural Veicular (GNV), as fábricas que vão mudar a matriz energética para trabalhar com o GN são dos segmentos químico e de alimentação. A Cigás também negocia com a BR Distribuidora para levar o GNV a mais dois postos de combustível da cidade, ampliando os pontos de venda do produto.

Rede atual

Em Manaus, a rede de tubulações do gasoduto é de 42,3 quilômetros e compreende as avenidas Torquato Tapajós e Constantino Nery, além das rodovias BR-174 e da AM-010. “O gás natural está disponível. Hoje, metade da energia de Manaus é gerada com o gás fornecido por nós. Não é total porque os equipamentos das produtoras independentes precisam de conversão”, frisa o presidente da Cigás.

Polo Industrial reduz quadro de trabalhador terceirizado

TEXTO Daisy Melo
FOTOS Nathalle Brasil e Jair Araújo

MANAUS

Por falta de segurança jurídica e rigor de entidades trabalhistas, empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) têm evitado a terceirização de mão de obra nos últimos dois anos. Essa modalidade de contratação encerrou 2011 com retração de 5,21%, depois de dez quedas ao longo do ano. Agora, a indústria tem priorizado o contrato por prazo determinado. A Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret) está atenta à mudança de comportamento da indústria.

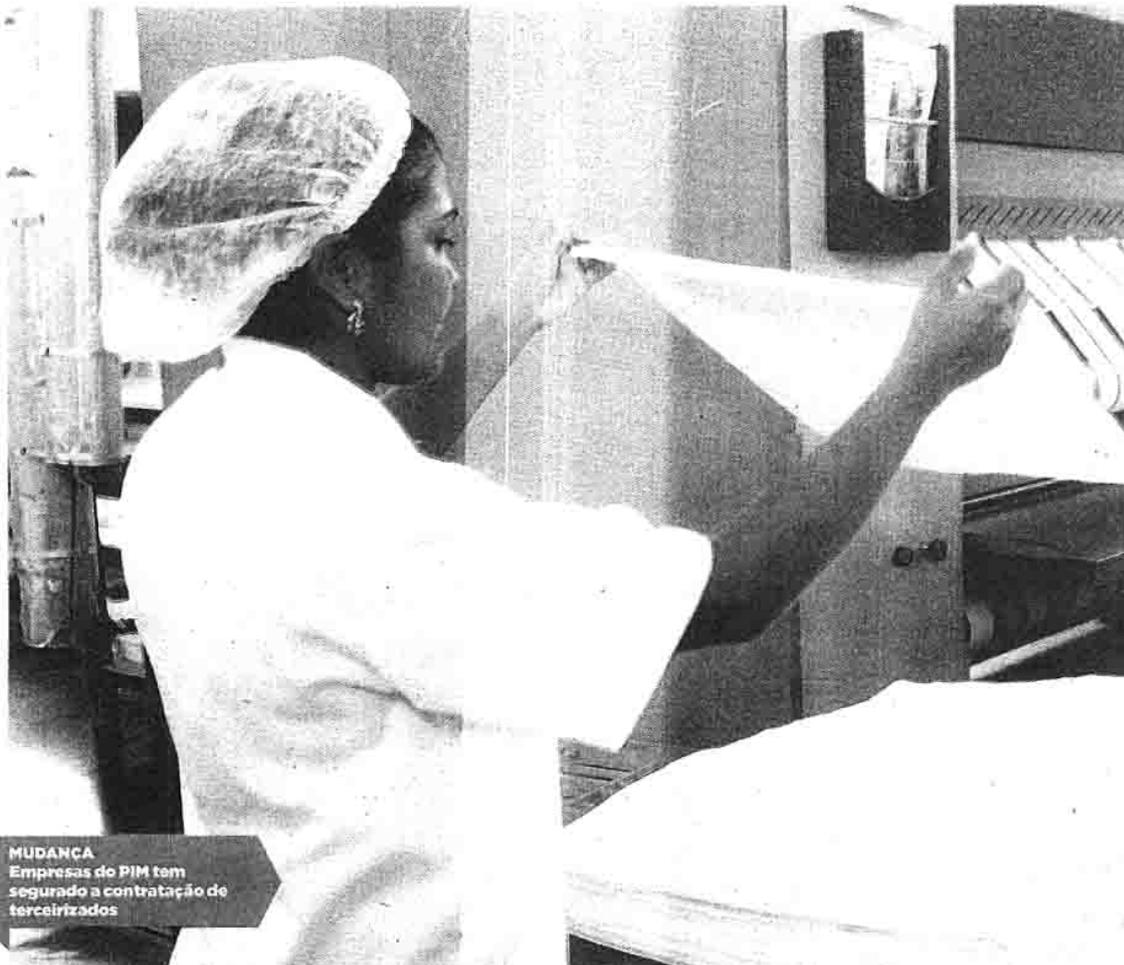
No último um ano e meio, as empresas do PIM têm evitado a contratação de terceirizados devido à falta de regulação da atividade, segundo o presidente da entidade do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees) Celso Piacentini. "Por motivo preventivo, as empresas não estão fazendo mais uso da terceirização como foi no passado", disse o executivo.

A mudança desse cenário ocorreu a partir da fiscalização mais rigorosa do Ministério Público do Trabalho no Amazonas (MPT-AM) e da Superintendência Regional do Trabalho do Amazonas (SRT/AM). "Houve um entendimento forte de que isso trazia problemas, ocorreu muita pressão sobre esse tipo de contratação, o Ministério Público e a Superintendência agiram fortemente, como não está regulada, gerava insegurança jurídica", comentou o representante da indústria.

Nos últimos dois anos, o MPT-AM identificou casos de terceirizações ilícitas e contratações irregulares de trabalhadores temporários.

Nova estratégia

A contratação por tempo determinado tem sido a saída buscada pela indústria em detrimento à terceirização. "Esse tipo de contrato é diferente do temporário, o trabalhador já sabe que ele vai ficar, por exemplo, por 90 dias, portanto a indústria continua sim contratando, só que de uma outra forma", explica Celso Piacentini.



MUDANÇA
Empresas do PIM tem
segurado a contratação de
terceirizados

Empresas do setor industrial estão recorrendo cada vez mais às contratações por tempo determinado em detrimento às contratações de pessoal terceirizado

Esse tipo de contrato não pode ser efetuado de maneira aleatória, mas em condições especiais, segundo o procurador do trabalho, na condição de coordenador regional da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret), Jorsinei Dourado. "A lei estabelece que isso pode ocorrer quando a natureza do serviço exigir como, por exemplo, em safras e obras que têm prazo para começar e terminar", disse. A mudança no comportamento da indústria já está sob análise do órgão.

Segundo Jorsinei Dourado, essa modalidade de contrato traz menos benefícios para o trabalhador do que a contratação regular por termo indeterminado. "Os custos da rescisão do contrato por prazo



Celso Piacentini. Presidente do Sinaees

Por motivo preventivo, as empresas não estão fazendo mais uso da terceirização como foi no passado



determinado são menores para as empresas", analisou. Já em comparação ao serviço temporário, o contrato por tempo determinado garante mais benefícios ao trabalhador. "O por prazo determinado garante vínculo direto com a empresa, sem intermediários como ocorre na contratação de mão de obra temporária", explica.

As empresas do PIM aplica-

vam a terceirização de maneira intensiva, principalmente para cobrir picos de produção, de acordo com Piacentini. "Aqui já se usou muito para atender à demandas da sazonalidade, mas não se usa mais", disse. Em geral, as empresas contratam mão de obra temporária para atender ao aquecimento das linhas em datas especiais, como Dia das Mães e Natal.

O total de mão de obra ter-

ceirizada registrou queda em 10 dos 12 meses de 2011, encerrando dezembro com retração de 5,21% em relação ao mês anterior, segundo informações dos últimos indicadores de Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Essa foi a segunda maior queda do ano passado, perdendo apenas para junho, mês em que o número de funcionários terceirizados caiu 8,97% em compara-

Polo Industrial reduz quadro de trabalhador terceirizado (continuação)



5,2% 91%

foi a retração do volume de contratações de trabalhadores temporários nas empresas do Polo Industrial de Manaus em 2011, após registrar dez quedas consecutivas ao longo do ano.

das empresas optam pelos temporários para reduzir os custos, segundo pesquisa da Confederação Nacional de Indústria (CNI), ao apontar que as empresas do Norte são as que menos terceirizam.

TRABALHO

Utilizar temporários como atividade fim é proibido

A terceirização de mão de obra, como atividade fim, é proibida em todo o Brasil. "Como meio, ela é permitida, mas a legislação é antiga e está sendo revista, enquanto isso, as empresas continuam controlando a contratação terceirizada", explica o diretor executivo do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Vito Sasso. Segundo ele, o temporário pode ser utilizado, em atividade fim, em situações extraordinárias e por um determinado tempo. O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, comentou que essa atividade é bastante comum na indústria nacional

automobilística, onde há uma cadeia de suplementos dentro da própria fábrica, o que garante redução de custos. "Nesse caso é considerada mão de obra terceirizada porque é uma outra empresa realizando a atividade, em Manaus isso não existe, porque a legislação não permite". A preocupação da indústria em relação à terceirização advém da assumir responsabilidade jurídica sobre os terceirizados. "Se uma atividade de segurança patrimonial terceirizada não cumprir sua obrigação com pagamento e recolhimento de encargos, por exemplo, a empresa contratante tem que cumprir, será 'solidária'", explica o diretor executivo do Sinaees.

Jorsinei Dourado.

Coordenador regional da Conafret

A lei estabelece que isso pode ocorrer quando a natureza do serviço exigir como, por exemplo, em safras e obras que têm prazo para começar e terminar"



ção a maio. O PIM encerrou 2011 com 4.134 trabalhadores terceirizados.

Agenda da Indústria

Entre os 16 projetos prioritários da pauta mínima da Agenda Legislativa da Indústria de 2012 ao Congresso Nacional está a regulamentação da terceirização (Projeto de Lei 4.330/2004) na indústria. De acordo com sondagem da Con-

federação Nacional da Indústria (CNI), apresentada em 2009, 54% das indústrias brasileiras utilizam terceirizados e 46% teriam a competitividade reduzida caso não fosse possível esse serviço.

Na pesquisa, a redução dos custos é apontada por 91% das empresas como o principal motivador para aderir à terceirização, segundo o levantamento. Das indústrias contra-

tantes, 75% informaram monitorar o cumprimento de encargos trabalhistas por parte da contratada. As empresas do Norte são as que menos terceirizam serviços, 37%. O índice é apontado no estudo como "reflexo da maior concentração de empresas de pequeno porte" na região. Segundo a sondagem, a utilização dos serviços terceirizados varia conforme o porte da empresa.



O total de mão de obra terceirizada teve queda em 10 dos 12 meses de 2011